



**ACÓRDÃO Nº365/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11052/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Carlos Marcio Goncalves Galhego (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de São Paulo de Olivença.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1184/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Carlos Marcio Goncalves Galhego**, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das seguintes impropriedades: ausência de Controle Interno; desatualização do Portal de Transparência; ausência de Serviço de Informação ao Cidadão; inexistência de setor/departamento responsável pela Guarda Patrimonial; e ausência de fiscal de contrato;
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 5.000,00** ao **Sr. Carlos Marcio Goncalves Galhego**, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, exercício de 2017, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo



**ACÓRDÃO Nº365/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em razão das seguintes impropriedades: ausência de Controle Interno; desatualização do Portal de Transparência; ausência de Serviço de Informação ao Cidadão; inexistência de setor/departamento responsável pela Guarda Patrimonial; e ausência de fiscal de contrato;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

Desde já, fica autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

**10.3. Dar ciência ao Sr. Carlos Marcio Goncalves Galhego** do presente Acórdão;

**11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral